

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SOCIAL: ARTICULAÇÕES ENTRE O SUAS, O CRAS E OS PROCESSOS DE INCLUSÃO SOCIAL

**THE ROLE OF THE PSYCHOLOGIST FROM A SOCIAL PSYCHOLOGY
PERSPECTIVE: CONNECTIONS BETWEEN THE UNIFIED SOCIAL
ASSISTANCE SYSTEM (SUAS), THE SOCIAL ASSISTANCE REFERENCE
CENTER (CRAS), AND SOCIAL INCLUSION PROCESSES**

Ciências Humanas • 09/09/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/788920933](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/788920933)

Eduarda Monteiro de Oliveira¹

Letícia Tavares Rodrigues²

Náthaly Vitória Padovan Passifico³

Paulo Ricardo Kazuo Gross Abe⁴

Sabrina Cristina Pereira Navari⁵

Daniela Emilena Santiago⁶

RESUMO

O presente artigo foi desenvolvido no âmbito da disciplina de Psicologia Social do curso de Psicologia da Universidade Paulista (UNIP), caracterizando-se como um estudo de natureza teórica. O trabalho teve como objetivo ampliar o conhecimento acerca da atuação do psicólogo em uma perspectiva social, com ênfase na inserção desse profissional nas políticas públicas de assistência social, especialmente no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Para tanto, foram analisadas produções acadêmicas que discutem as possíveis articulações entre a Psicologia Social, a Psicologia Social Comunitária e a atuação profissional em instituições sociais, incluindo o estudo da atuação do psicólogo no contexto da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). A análise possibilitou compreender que a atuação do psicólogo nos espaços institucionais e comunitários deve considerar os sujeitos em suas relações com os contextos sociais, históricos, culturais e econômicos nos quais estão inseridos. Destaca-se que a Psicologia Social pode contribuir para a superação de práticas individualizantes e para a construção de intervenções comprometidas com a participação social, o fortalecimento da autonomia, a inclusão e a garantia de direitos. No âmbito do CRAS, a atuação profissional exige o conhecimento do território, das vulnerabilidades sociais e das potencialidades presentes nas comunidades, bem como o desenvolvimento de ações articuladas com outros profissionais e políticas públicas. Conclui-se que a Psicologia Social e a Psicologia Social Comunitária oferecem importantes contribuições para a formação e a atuação do psicólogo, favorecendo práticas profissionais éticas, críticas e comprometidas com a transformação da realidade social.

Palavras-chave: Psicologia Social; SUAS; CRAS; Psicologia Social Comunitária; Políticas Públicas.

ABSTRACT

This article was developed as part of the Social Psychology course in the Psychology undergraduate program at Universidade Paulista (UNIP) and is characterized as a theoretical study. The objective of the study was to broaden knowledge about the psychologist's work from a social perspective, with emphasis on the inclusion of this professional in public social assistance policies, particularly within the Unified Social Assistance System (SUAS) and the Social Assistance Reference Centers (CRAS). To this end, academic studies discussing the possible connections between Social Psychology, Community Social Psychology, and professional practice in social institutions were analyzed, including research on the psychologist's work in the context of the Association of Parents and Friends of Exceptional People (APAE). The analysis made it possible to understand that the psychologist's work in institutional and community settings should consider individuals in relation to the social, historical, cultural, and economic contexts in which they are inserted. Social Psychology can contribute to overcoming individualizing practices and to developing interventions committed to social participation, the strengthening of autonomy, social inclusion, and the guarantee of rights. Within the CRAS, professional practice requires knowledge of the territory, social vulnerabilities, and the potentialities present in communities, as well as the development of actions articulated with other professionals and public policies. It is concluded that Social Psychology and Community Social Psychology provide important contributions to the education and professional practice of psychologists, promoting ethical, critical, and socially committed practices aimed at

transforming social reality.

Keywords: Social Psychology; SUAS; CRAS; Community Social Psychology; Public Policies.

INTRODUÇÃO

A Psicologia constitui uma área do conhecimento voltada para o estudo dos processos psicológicos e do comportamento humano, considerando que os indivíduos constroem suas formas de pensar, sentir e agir a partir das relações que estabelecem com outras pessoas e com os diferentes contextos sociais, culturais, econômicos e históricos dos quais participam. Dessa forma, compreender o ser humano exige ultrapassar uma perspectiva exclusivamente individualizante, reconhecendo que a constituição da subjetividade ocorre de maneira articulada às condições concretas de existência e às relações sociais.

Nesse contexto, a Psicologia Social apresenta-se como um importante campo de estudos, pois busca compreender a relação entre o indivíduo e a sociedade, analisando os processos por meio dos quais os sujeitos constroem suas identidades, estabelecem vínculos, participam de grupos e produzem sentidos sobre si mesmos e sobre o mundo. A Psicologia Social permite compreender que os fenômenos psicológicos não estão dissociados das condições sociais, históricas e culturais, uma vez que o indivíduo é constituído nas relações que estabelece ao longo de sua trajetória de vida.

A partir dessa compreensão, torna-se possível refletir sobre a atuação do psicólogo em diferentes espaços sociais e institucionais. A inserção da Psicologia nas políticas públicas brasileiras ampliou significativamente as possibilidades de atuação profissional,

especialmente em áreas relacionadas à saúde, à educação, à assistência social, à defesa de direitos e à proteção de populações em situação de vulnerabilidade.

O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito da disciplina de Psicologia Social do curso de Psicologia da Universidade Paulista (UNIP). Trata-se de um estudo de natureza teórica, realizado a partir da leitura, análise e discussão de produções acadêmicas relacionadas à Psicologia Social e à atuação profissional do psicólogo em instituições sociais. O estudo foi orientado pela necessidade de ampliar o conhecimento sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com especial atenção à organização e ao funcionamento dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e às possibilidades de atuação do profissional de Psicologia nesses espaços.

A escolha do SUAS como objeto de estudo justifica-se pela importância dessa política pública para a garantia de direitos e para a proteção de indivíduos e famílias que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social. A assistência social, enquanto política pública integrante do sistema de seguridade social brasileiro, representa uma importante conquista no processo de reconhecimento das responsabilidades do Estado diante das desigualdades sociais e das múltiplas formas de exclusão presentes na sociedade.

O CRAS, por sua vez, ocupa lugar central na organização da Proteção Social Básica do SUAS, sendo reconhecido como uma unidade pública estatal responsável pela oferta de serviços, programas, projetos e benefícios destinados à prevenção de situações de risco e ao fortalecimento das capacidades e dos vínculos familiares e

comunitários. Por estar inserido diretamente nos territórios e próximo às realidades vivenciadas pelas famílias, o CRAS representa um espaço privilegiado para a atuação de profissionais que compreendam os fenômenos sociais de maneira crítica e contextualizada.

A presença do psicólogo no SUAS não pode ser compreendida apenas a partir de uma lógica clínica tradicional. Embora os conhecimentos construídos historicamente pela Psicologia sejam fundamentais para a compreensão dos processos subjetivos, a atuação no âmbito da assistência social exige que o profissional considere as condições sociais, econômicas, culturais e políticas que atravessam a vida dos usuários. Dessa forma, torna-se necessário superar interpretações que atribuam exclusivamente ao indivíduo ou à família a responsabilidade por situações que, muitas vezes, estão relacionadas às desigualdades estruturais presentes na sociedade.

A atuação psicológica no CRAS deve, portanto, considerar o território, os vínculos comunitários, as redes sociais e institucionais, as formas de organização coletiva e as particularidades das famílias acompanhadas. Nesse sentido, a Psicologia Social e, especialmente, a Psicologia Social Comunitária podem oferecer importantes contribuições para a construção de práticas comprometidas com a participação, o fortalecimento da autonomia, a garantia de direitos e a transformação das condições que produzem exclusão social.

Além da discussão sobre a atuação do psicólogo no SUAS e no CRAS, este trabalho também analisa experiências relacionadas à atuação da Psicologia em instituições voltadas à inclusão de pessoas com deficiência, com destaque para a Associação de Pais e Amigos

dos Excepcionais (APAE). Essa discussão permite refletir sobre o papel da Psicologia na problematização dos preconceitos, estereótipos e práticas de exclusão que historicamente marcaram a trajetória das pessoas com deficiência na sociedade.

Assim, o objetivo deste artigo é discutir a atuação do psicólogo a partir de uma perspectiva social, analisando suas possibilidades de inserção no SUAS, especialmente no CRAS, e refletindo sobre as contribuições da Psicologia Social Comunitária para o desenvolvimento de práticas comprometidas com a inclusão social, a participação coletiva, a defesa de direitos e a transformação da realidade.

O presente trabalho caracteriza-se como um estudo teórico, desenvolvido no contexto das atividades acadêmicas da disciplina de Psicologia Social do curso de Psicologia da Universidade Paulista (UNIP). A proposta teve como finalidade aprofundar o conhecimento dos estudantes acerca das relações entre a Psicologia Social, as políticas públicas e a atuação profissional do psicólogo em diferentes instituições sociais.

Para o desenvolvimento do estudo, foram realizadas leituras e análises de produções acadêmicas que abordam a atuação do psicólogo no Sistema Único de Assistência Social, especialmente nos Centros de Referência de Assistência Social, bem como estudos relacionados à atuação da Psicologia em instituições voltadas à inclusão e à garantia de direitos de pessoas com deficiência.

Entre os materiais analisados, destacam-se os trabalhos de Silva e Corgozinho (2011), intitulado “Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e Psicologia Social Comunitária: possíveis articulações”, e de Freire et

al. (2016), denominado “Percepção de alunas de Psicologia à atuação do psicólogo na APAE: discussões e desafios”.

A análise dos textos possibilitou identificar aproximações entre a Psicologia Social, a Psicologia Social Comunitária e a atuação profissional do psicólogo em espaços institucionais e comunitários. O estudo também permitiu ampliar a compreensão acerca da organização do SUAS, das funções desempenhadas pelo CRAS e da necessidade de uma atuação psicológica comprometida com a realidade social dos usuários das políticas públicas.

A abordagem teórica adotada neste trabalho não tem a finalidade de realizar uma pesquisa empírica, mas de promover uma reflexão fundamentada sobre as possibilidades e os desafios da atuação profissional. Dessa maneira, busca-se compreender como os conhecimentos produzidos pela Psicologia Social podem contribuir para o desenvolvimento de práticas profissionais que considerem o indivíduo como sujeito histórico e socialmente constituído.

A Psicologia Social e a Compreensão do Sujeito Como Ser Social

A Psicologia Social constitui um campo fundamental para a compreensão das relações existentes entre os indivíduos e a sociedade. Ao contrário de abordagens que analisam os fenômenos psicológicos apenas a partir das características internas dos sujeitos, a Psicologia Social busca compreender como os processos sociais, culturais e históricos participam da constituição da subjetividade.

O ser humano nasce em uma sociedade já organizada, marcada por valores, normas, instituições, relações de poder e formas específicas de compreender o mundo. Desde os primeiros momentos da vida, o indivíduo estabelece relações com outras pessoas e passa a

participar de diferentes grupos sociais, como a família, a escola, a comunidade, os grupos religiosos, os espaços de trabalho e outras instituições sociais.

Essas relações contribuem para a construção da identidade e para a formação da maneira como os indivíduos percebem a si mesmos e aos demais. A identidade, portanto, não deve ser compreendida como algo fixo ou exclusivamente individual, mas como um processo construído nas relações sociais e continuamente transformado ao longo da vida.

Nesse sentido, a Psicologia Social permite compreender que sentimentos, pensamentos, comportamentos e formas de interação não podem ser analisados isoladamente. As experiências individuais são atravessadas pelas condições concretas de existência, como classe social, acesso à educação, condições de trabalho, renda, moradia, relações familiares e possibilidades de participação social.

Essa perspectiva possui grande relevância para a atuação do psicólogo nas políticas públicas. Ao atuar em contextos marcados pela desigualdade social, o profissional precisa evitar interpretações que reduzam problemas coletivos a dificuldades exclusivamente individuais. Situações como desemprego, pobreza, insegurança alimentar, violência, fragilização dos vínculos familiares e exclusão social não podem ser explicadas apenas pelas escolhas ou comportamentos dos indivíduos.

A compreensão desses fenômenos exige uma análise mais ampla da realidade social. Nesse sentido, a Psicologia Social pode contribuir para que o profissional reconheça as relações existentes entre a

subjetividade e as condições materiais e históricas de vida dos sujeitos.

A atuação do psicólogo a partir de uma perspectiva social implica, portanto, reconhecer o usuário das políticas públicas como sujeito de direitos e participante ativo de sua própria história. Isso significa desenvolver práticas que não reforcem relações de dependência ou processos de culpabilização, mas que contribuam para o fortalecimento da autonomia, da participação social e do acesso aos direitos.

A Psicologia Social Comunitária e a Transformação da Realidade Social

A Psicologia Social Comunitária apresenta importantes contribuições para a compreensão da atuação profissional em comunidades e territórios. Essa perspectiva procura superar práticas centradas exclusivamente no atendimento individual, valorizando os processos coletivos e a participação ativa dos sujeitos na identificação e no enfrentamento dos problemas presentes em sua realidade.

O trabalho comunitário parte do entendimento de que as comunidades não devem ser vistas apenas como espaços marcados por carências e dificuldades. Embora seja fundamental reconhecer as situações de vulnerabilidade existentes, também é necessário identificar os recursos, os vínculos, as formas de solidariedade, os conhecimentos e as potencialidades presentes no território.

A Psicologia Social Comunitária busca compreender os processos psicossociais presentes nas relações comunitárias, considerando que os indivíduos possuem conhecimentos sobre sua própria realidade e

podem participar ativamente da construção de estratégias para enfrentar os problemas que vivenciam.

Nesse sentido, a atuação do profissional não deve ocorrer de maneira autoritária ou baseada exclusivamente na ideia de que o especialista possui todas as respostas. Ao contrário, torna-se fundamental estabelecer espaços de diálogo e escuta, permitindo que os próprios sujeitos expressem suas necessidades, suas dificuldades e suas possibilidades.

Silva e Corgozinho (2011) discutem que a articulação entre a atuação do psicólogo no SUAS e os princípios da Psicologia Social Comunitária pode contribuir para uma prática mais contextualizada. A atuação profissional pode tornar-se mais significativa quando o psicólogo conhece o território e estabelece relações com a população, evitando definir previamente todas as necessidades e intervenções sem considerar a realidade concreta das pessoas atendidas.

Essa compreensão é especialmente importante no âmbito do CRAS. O profissional que atua nesse espaço precisa conhecer as características do território, os recursos existentes, as principais situações de vulnerabilidade, as redes institucionais e comunitárias e as formas pelas quais as famílias organizam suas estratégias de sobrevivência e proteção.

A participação da população também representa um aspecto fundamental. As intervenções podem ser mais efetivas quando os usuários não são considerados apenas receptores passivos de serviços, mas sujeitos que participam da construção das ações desenvolvidas.

O Sistema Único de Assistência Social e a Garantia de Direitos

A criação do Sistema Único de Assistência Social representou um importante avanço na organização da política de assistência social brasileira. A partir da compreensão da assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, fortaleceu-se a necessidade de estruturar serviços e ações capazes de atender às famílias e aos indivíduos que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social.

A assistência social não deve ser compreendida como favor, caridade ou benevolência. Trata-se de uma política pública voltada à garantia de direitos, devendo ser desenvolvida de forma articulada com outras políticas públicas. O SUAS organiza a oferta de serviços socioassistenciais a partir de diferentes níveis de proteção. A Proteção Social Básica possui caráter preventivo e busca atuar antes que situações de vulnerabilidade se agravem e resultem em violações de direitos. Já a Proteção Social Especial é direcionada às situações em que indivíduos e famílias vivenciam violações de direitos, violência ou outras circunstâncias que exigem acompanhamento especializado.

A organização do SUAS também reconhece a importância do território. As demandas sociais não se distribuem de maneira uniforme e cada comunidade apresenta características específicas. Dessa forma, a compreensão das realidades locais é fundamental para o planejamento das ações.

Nesse contexto, a atuação dos profissionais que integram as equipes do SUAS exige uma postura ética, interdisciplinar e comprometida com os direitos da população. O trabalho não deve ocorrer de maneira isolada, sendo necessária a articulação com outras políticas

públicas, como saúde, educação, habitação, cultura e defesa de direitos.

O psicólogo inserido no SUAS participa desse processo juntamente com assistentes sociais e outros profissionais. A interdisciplinaridade possibilita a construção de análises mais amplas sobre as situações vivenciadas pelas famílias e contribui para a elaboração de estratégias de acompanhamento mais completas.

O CRAS Como Espaço de Proteção Social e Fortalecimento de Vínculos

O Centro de Referência de Assistência Social é uma unidade pública estatal que atua como referência da Proteção Social Básica nos territórios. Sua função está relacionada à prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social, ao fortalecimento das capacidades das famílias e à promoção do acesso aos direitos.

O CRAS representa um importante espaço de acolhida e orientação para famílias que vivenciam diferentes dificuldades sociais. Entretanto, sua atuação não deve ser limitada ao atendimento de demandas emergenciais. O trabalho desenvolvido deve buscar compreender as situações apresentadas pelas famílias e desenvolver estratégias capazes de fortalecer sua autonomia e suas redes de apoio.

Por estar inserido diretamente nos territórios, o CRAS possui a possibilidade de conhecer mais profundamente as realidades locais. O trabalho realizado pelas equipes deve considerar as particularidades das comunidades, suas formas de organização e os recursos disponíveis.

O território não deve ser compreendido apenas como um espaço geográfico. Ele é constituído pelas relações estabelecidas entre as pessoas, pelas instituições existentes, pelas experiências coletivas e pelas desigualdades que atravessam a vida cotidiana.

A atuação do CRAS envolve diferentes ações e serviços voltados às famílias e à comunidade. O acompanhamento familiar, as atividades coletivas, os grupos socioeducativos, as ações comunitárias e a articulação com a rede de serviços são exemplos de estratégias que podem contribuir para o fortalecimento da proteção social.

Nessa perspectiva, a atuação profissional deve evitar práticas moralizantes ou culpabilizadoras. As famílias acompanhadas pelo CRAS não podem ser responsabilizadas isoladamente por dificuldades que, muitas vezes, estão relacionadas às desigualdades sociais e à insuficiência de recursos.

A escuta qualificada representa um elemento essencial para a construção de relações de confiança entre profissionais e usuários. Ouvir significa reconhecer a história e a experiência do outro, considerando suas necessidades, suas dificuldades e suas potencialidades.

A Atuação do Psicólogo no CRAS

A inserção do psicólogo no âmbito do CRAS representa um importante desafio para a profissão. Historicamente, grande parte da formação em Psicologia esteve associada ao atendimento clínico individual. Entretanto, a atuação no campo da assistência social exige outras formas de intervenção.

O psicólogo no CRAS precisa compreender que sua atuação está inserida em uma política pública de proteção social. Dessa forma, o foco de seu trabalho não deve ser a realização de psicoterapia clínica tradicional, mas o desenvolvimento de ações compatíveis com os objetivos da assistência social.

A Psicologia pode contribuir para a compreensão dos processos subjetivos relacionados às experiências sociais vivenciadas pelas famílias. No entanto, esses processos devem ser analisados considerando o contexto em que os sujeitos estão inseridos.

A atuação profissional pode envolver acolhimentos, orientações, acompanhamentos familiares, atividades coletivas, grupos, ações comunitárias e articulação com a rede socioassistencial e intersetorial. O psicólogo também pode contribuir para a análise das relações familiares e comunitárias, para a identificação de situações que exigem encaminhamento e para a construção de estratégias de fortalecimento da autonomia dos usuários.

Uma atuação socialmente comprometida exige que o profissional reconheça as desigualdades existentes no território e compreenda como elas afetam a vida das pessoas. O psicólogo não deve interpretar situações de pobreza como consequência de incapacidade individual ou falta de esforço.

Ao contrário, é necessário reconhecer que as condições de vida são influenciadas por processos sociais mais amplos. A falta de acesso à educação, ao trabalho, à renda e a outros direitos produz impactos significativos sobre as possibilidades de escolha e organização da vida cotidiana.

Nesse sentido, o trabalho psicológico deve contribuir para a valorização dos sujeitos e para o fortalecimento de suas possibilidades de participação social.

A Articulação Entre o SUAS, o CRAS e a Psicologia Social Comunitária

A aproximação entre a Psicologia Social Comunitária e a atuação do psicólogo no CRAS apresenta importantes possibilidades. Ambas valorizam a compreensão dos contextos sociais e a necessidade de reconhecer os sujeitos como participantes ativos das intervenções.

Uma das questões discutidas por Silva e Corgozinho (2011) refere-se à maneira como o profissional pode organizar sua atuação. Em determinadas situações, existe o risco de que o psicólogo chegue ao território com intervenções previamente definidas, sem conhecer adequadamente a realidade da população.

Essa forma de atuação pode limitar a efetividade das ações, pois desconsidera as particularidades da comunidade. Em uma perspectiva comunitária, torna-se necessário conhecer inicialmente o território, ouvir a população e compreender suas demandas antes de definir prioridades.

Isso não significa que o profissional não possua conhecimentos técnicos. Ao contrário, sua formação é fundamental para a realização do trabalho. Entretanto, o conhecimento profissional precisa estabelecer diálogo com os conhecimentos produzidos pela própria comunidade.

A construção de intervenções participativas pode fortalecer o vínculo entre os serviços e a população. Quando os sujeitos são

convidados a participar da identificação dos problemas e da construção das estratégias, aumentam as possibilidades de desenvolvimento de ações mais adequadas à realidade.

A Psicologia Social Comunitária também pode contribuir para a problematização das relações de poder existentes entre profissionais e usuários. O trabalho social não deve reproduzir relações autoritárias, nas quais os usuários são vistos apenas como receptores de orientações. O reconhecimento dos usuários como sujeitos de direitos implica respeitar suas histórias, suas experiências e sua capacidade de participação.

A Psicologia E a Atuação em Instituições Voltadas à Inclusão Social

A discussão sobre a atuação do psicólogo em instituições sociais também permite refletir sobre os processos de inclusão e exclusão presentes na sociedade. O estudo desenvolvido por Freire et al. (2016) aborda a atuação da Psicologia no contexto da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

A APAE possui importante papel na defesa de direitos e na oferta de diferentes formas de apoio às pessoas com deficiência e suas famílias. A atuação dessas instituições está relacionada à necessidade histórica de enfrentar processos de exclusão e garantir oportunidades de participação social.

As pessoas com deficiência foram, ao longo da história, frequentemente submetidas a práticas de segregação e exclusão. Em diferentes períodos históricos, a deficiência foi interpretada a partir de perspectivas que reforçavam a incapacidade e a dependência. Embora tenham ocorrido importantes avanços sociais

e legais, ainda persistem preconceitos e barreiras que dificultam a participação plena das pessoas com deficiência em diferentes espaços da sociedade.

A Psicologia pode contribuir para o enfrentamento desses processos ao questionar concepções que reduzem o indivíduo à sua deficiência. A pessoa deve ser reconhecida em sua integralidade, considerando suas potencialidades, seus desejos, suas necessidades e sua capacidade de participação social.

A inclusão não pode ser compreendida apenas como responsabilidade das instituições especializadas. A sociedade precisa transformar suas estruturas e criar condições para que todos possam participar de forma efetiva da vida social. Nesse sentido, a atuação do psicólogo pode envolver o trabalho com os usuários, suas famílias, os profissionais e a comunidade. As ações podem contribuir para a construção de relações mais inclusivas e para o enfrentamento de preconceitos e estereótipos.

A perspectiva da Psicologia Social permite compreender que os preconceitos não são apenas opiniões individuais. Eles são produzidos e reproduzidos socialmente, sendo transmitidos por meio das relações, das instituições e das práticas culturais. Por isso, o enfrentamento da exclusão exige ações que ultrapassem o nível individual e promovam transformações nas formas de organização da sociedade.

A atuação do psicólogo nas políticas públicas e nas instituições sociais está diretamente relacionada à responsabilidade ética da profissão. O profissional precisa reconhecer os impactos sociais de suas intervenções e desenvolver práticas comprometidas com a

dignidade e os direitos dos sujeitos. A ética não deve ser compreendida apenas como um conjunto de normas. Ela também envolve a reflexão permanente sobre as consequências das práticas profissionais. No contexto do SUAS e de outras instituições sociais, o psicólogo frequentemente atua diante de situações complexas, envolvendo pobreza, violência, discriminação, fragilização de vínculos e dificuldades de acesso aos direitos. Essas situações exigem uma atuação crítica. O profissional precisa evitar práticas que reforcem preconceitos ou culpabilizem os usuários por suas condições de vida.

A Psicologia Social contribui para essa reflexão ao demonstrar que o sujeito é constituído nas relações sociais. Dessa forma, compreender uma pessoa exige também compreender o contexto em que ela vive.

O trabalho psicológico pode contribuir para a ampliação das possibilidades de participação e para o fortalecimento da autonomia. Entretanto, não é possível atribuir ao psicólogo a responsabilidade isolada pela transformação da realidade. A transformação social exige políticas públicas, investimentos estatais, participação da sociedade e atuação articulada de diferentes profissionais e instituições.

Assim, a contribuição do psicólogo deve ser compreendida como parte de um trabalho coletivo. A interdisciplinaridade e a articulação com a rede de serviços são fundamentais para que as demandas dos usuários sejam compreendidas de maneira integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo teórico, desenvolvido no contexto da disciplina de Psicologia Social do curso de Psicologia da Universidade Paulista, possibilitou ampliar a compreensão sobre as relações existentes entre a Psicologia Social, a atuação profissional do psicólogo e as políticas públicas de assistência social.

O estudo também permitiu conhecer aspectos relacionados à organização do Sistema Único de Assistência Social e à importância dos Centros de Referência de Assistência Social como unidades públicas responsáveis pelo desenvolvimento de ações voltadas à prevenção de situações de vulnerabilidade e ao fortalecimento das famílias e das comunidades.

A análise dos textos estudados demonstra que a atuação do psicólogo no SUAS e, especialmente, no CRAS, exige uma compreensão ampliada sobre os fenômenos psicológicos e sociais. Não é suficiente analisar os indivíduos isoladamente, desconsiderando as condições econômicas, culturais e históricas que influenciam suas experiências.

A Psicologia Social e a Psicologia Social Comunitária apresentam importantes contribuições para esse campo de atuação. Ao valorizar os processos coletivos, a participação e o conhecimento da realidade comunitária, essas perspectivas podem contribuir para a construção de intervenções mais contextualizadas.

A atuação do psicólogo no CRAS deve considerar o território como espaço de relações sociais, vínculos, conflitos e possibilidades. O conhecimento da realidade local é fundamental para que as intervenções estejam relacionadas às necessidades concretas da população. A participação dos usuários também deve ser

reconhecida como elemento fundamental. Os indivíduos e as famílias acompanhados pelos serviços socioassistenciais não devem ser vistos como sujeitos passivos, mas como pessoas que possuem histórias, conhecimentos, capacidades e potencialidades.

O estudo sobre a atuação da Psicologia no contexto da APAE também demonstrou a importância da profissão para o enfrentamento dos processos de exclusão. As pessoas com deficiência ainda enfrentam preconceitos e barreiras sociais, sendo necessário desenvolver ações que promovam a inclusão e a garantia de direitos. A Psicologia pode contribuir para a transformação dessas realidades ao problematizar estereótipos e preconceitos, valorizando a diversidade humana e promovendo relações sociais mais inclusivas.

Entretanto, a transformação social não depende exclusivamente do trabalho de um profissional ou de uma instituição. É necessário reconhecer que os problemas sociais são complexos e exigem a atuação conjunta do Estado, das políticas públicas, das instituições e da sociedade. O psicólogo pode desempenhar um papel importante nesse processo ao contribuir para a compreensão crítica da realidade, para o fortalecimento da autonomia e para a defesa dos direitos sociais.

Conclui-se, portanto, que a atuação do psicólogo em uma perspectiva social exige o reconhecimento do ser humano como sujeito histórico e social. Os processos psicológicos são construídos nas relações com os outros e com as condições concretas de existência. Dessa maneira, a atuação profissional comprometida com a realidade social deve buscar superar práticas individualizantes

e contribuir para a construção de relações mais justas, inclusivas e participativas.

O conhecimento sobre o SUAS e, especialmente, sobre o funcionamento do CRAS, mostrou-se fundamental para compreender as possibilidades de atuação do psicólogo nas políticas públicas. A Psicologia Social oferece importantes instrumentos teóricos para analisar as relações entre subjetividade e sociedade e para construir práticas profissionais comprometidas com a transformação social.

Por fim, destaca-se que a formação do psicólogo deve possibilitar o contato dos estudantes com diferentes campos de atuação, incluindo as políticas públicas e os contextos comunitários. A aproximação entre a formação acadêmica e a realidade social contribui para a construção de profissionais mais preparados para compreender a complexidade das demandas sociais e atuar de forma ética, crítica e comprometida com a garantia dos direitos da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF, 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.** Brasília, DF: MDS, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília, DF: MDS, 2005.

FREIRE, Antonia Brunielle Pessoa et al. **Percepção de alunas de Psicologia à atuação do psicólogo na APAE: discussões e desafios**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 3., 2016, Campina Grande. Anais [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2016.

SILVA, J. V. da; CORGOZINHO, J. P. **Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e Psicologia Social Comunitária: possíveis articulações**. Psicologia & Sociedade, v. 23, número especial, p. 12-21, 2011.

¹ Graduando em Psicologia pela UNIP, campus Assis-SP. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Graduando em Psicologia pela UNIP, campus Assis-SP. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

³ Graduando em Psicologia pela UNIP, campus Assis-SP. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁴ Graduando em Psicologia pela UNIP, campus Assis-SP. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁵ Graduando em Psicologia pela UNIP, campus Assis-SP. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁶ Docente do Curso Superior de Psicologia do Instituto de Ciências Humanas da UNIP, Campus Assis. Mestre em Pedagogia e

Psicologia pela Unesp de Assis, Mestre em História pela Unesp de Assis e Doutora em História pela Unesp de Assis. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)